



IMPUGNA  O AO EDITAL DE LICITA  O

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETR  NICO N   18/2026 DO MUNICIPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

A empresa SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ n   29.987.662/0001-89, sediada na RUA ANTONIO MOISES SAADI, n   470, SALA 06, BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA, CEP. 14.095-230, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Inscri  o estadual: 797.363.299.116 e Inscri  o Municipal: 20108999, telefone para contato: (16) 99779-4402 e email: adm@gruposociete.com.br, por meio de seu representante legal abaixo assinado, apresenta a seguinte IMPUGNA  O AO EDITAL em questão, com base nos fatos e argumentos a seguir:

TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, o Art. 164 da Lei n  . 14.133/21 estabelece que qualquer pessoa possui legitimidade para impugnar o presente edital, até **3 (três) dias**   teis antes da realiza  o da sessão pública de abertura do certame.

Sendo dever da Administra  o Pública a garantia da **lisura e isonomia** de suas contrata  es, nos termos estabelecidos ao Art. 37 da Constitui  o Federal de 1988 e ao Art. 5   da Lei n  . 14.133/21,    também dever dos administrados **denunciar irregularidades** que maculem as licita  es públicas.

Ao processo em epígrafe, foram identificadas diversas inconsistências técnicas e jurídicas, que **viciam o certame**, **DIRECIONANDO** apenas para algumas poucas empresas, que pode(m) participar do certame.

Tal circunstância acarreta not  rio **prejuízo ao Erário Público**, prejudicando toda a popula  o local.

São itens que comprometem a competitividade do certame, devendo ser revistos pelo **Poder Público**, sob pena de se perpetuar uma contrata  o irregular, passível de responsabiliza  o dos agentes públicos envolvidos.

Desta forma, o presente edital deve ser alterado a fim de garantir a ampla competitividade, a isonomia e a legalidade do certame, nos termos que se passa a expor.

Entretanto, ao proceder    análise minuciosa do edital, verificou-se a existência de cláusula que impõe   nus financeiro excessivo aos licitantes, mediante previsão de prazo de pagamento manifestamente desarrazoado, situa  o que compromete a ampla competitividade do certame e afasta potenciais interessados.

DO PRAZO IRREGULAR PARA PAGAMENTO

Trata o presente de procedimento licit  torio **18/2026**, cujo objeto: **Aquisi  o de veículos automotores (vans, ambulâncias e micro ônibus) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde...** Ao analisar detidamente o instrumento convocatório, verificou-se que o **Item 8.5.**... do Edital prevê prazo para pagamento de **45 dias, contados da finaliza  o da liquida  o da despesa.**

Ocorre que tal previsão afronta a legisla  o vigente e os princípios que regem as contrata  es públicas. Como    sabido, a fixa  o de cláusula dispondo sobre o prazo e condi  es de pagamento    obrigatória em todo contrato e deve estar em consonância com os parâmetros legais.

Neste sentido determina o art. 92, inciso V da Lei n   14.133/2021:

SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.



“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;”

Muito embora a Lei de Licitações não estabeleça expressamente um prazo máximo para pagamento ao contratado, diferentemente do que previa a legislação anterior (Lei nº 8.666/93), isso não significa que a Administração possa fixar prazos **desarrazoados e desproporcionais**, sob pena de violar princípios basilares das contratações públicas, como a **competitividade, a eficiência e a economicidade**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ao prever um prazo excessivamente longo para pagamento, de 45 dias, o Edital acaba por afastar potenciais interessados em participar da licitação, reduzindo a competitividade do certame.

Isto porque, a previsão de prazos dilatados para pagamento, onera indevidamente as empresas participantes que necessitam incluir em seus preços os custos financeiros decorrentes desse atraso, prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho ensina que:

“A demora no pagamento eleva o ‘custo de transação’, o que se reflete na formulação de propostas. Usualmente, os licitantes incluem no valor das propostas uma margem de segurança contra atrasos da Administração. Portanto, a fixação de prazos mais curtos para pagamento pode conduzir à redução dos preços ofertados pelos licitantes.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 1187.)

Sobre o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, a Instrução Normativa Seges/ME 77/2022, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe em seu art. 7º os seguintes prazos:

“Art. 6º Os prazos para liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Nas hipóteses de substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos para liquidação e pagamento constarão de instrumento convocatório, de aviso de contratação direta ou de outro documento negocial com o mercado.

Art. 7º Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados a:

I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II – 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

§ 1º Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320,



de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obriga  o do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

   2   Para as contrata  es decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n   14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do **caput** são reduzidos pela metade.

   3   O prazo de que trata o inciso I do **caput** e o    2   deste artigo poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferi  o do atendimento das exigências contratuais.

   4   O prazo para a soluço, pelo contratado, de inconsistências na execu  o do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administra  o durante a análise prévia    liquida  o de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do **caput** e o    2   deste artigo.

   5   Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquida  o ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regulariza  o, devendo ser mantida a posi  o da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

   6   No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quita  o integral da obriga  o, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posi  o da ordem cronológica."

Portanto, o prazo de 45 dias previsto no Edital para pagamento **extrapola em muito o limite estabelecido pela referida Instru  o Normativa, evidenciando a ilegalidade da cláusula editalícia.**

Ainda que se argumente que a Instru  o Normativa em comento se aplica apenas no âmbito federal, fato    que seus parâmetros servem de importante referência para todos os entes da federa  o, no sentido de fixar prazos razoáveis e proporcionais para liquida  o e pagamento, em consonância com os princípios que regem as contrata  es públicas.

Assim, a reformula  o do prazo de pagamento previsto no edital torna-se medida imprescindível para ampliar a competitividade do certame, permitindo a participa  o de um maior número de interessados e, conseqüentemente, a obten  o da proposta mais vantajosa para a Administra  o.

Conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

"Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamenta  o, baseada em estudos prévios    licita  o que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econ  mica." ([Acórdão 4595/2024 - Primeira Câmara](#). Relator: Vital Do Rêgo)

Portanto, caso a Administra  o entenda pela manuten  o do prazo originalmente estipulado, faz-se necessária a **apresenta  o de robusta justificativa técnica e econ  mica** que demonstre a excepcionalidade da situa  o e a impossibilidade de ado  o de prazo mais razoável, em consonância com os parâmetros usualmente praticados no mercado e com as diretrizes estabelecidas pela legisla  o de regência.

Deste modo, pelo bastante demonstrado, requer-se o recebimento e processamento da presente Impugna  o, para **retificar o Item 8.5.** do Edital, a fim de que o prazo de pagamento seja fixado em, no máximo, 30 dias corridos, em consonância com os princípios da competitividade, eficiência e economicidade, que pautam as licita  es.



SOCIÉTÉ
COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 29.987.662/0001-89 IE: 797.363.299.119

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, **REQUER** se digne em acolher a presente impugnação em todos os seus termos, encaminhando-a para análise da autoridade superior para corrigir as irregularidades do edital ora guerreado e procedendo com sua republicação, alterando o objeto nos termos acima expostos.

Ressaltamos, por derradeiro que, o inteiro teor desta impugnação estará sendo levado ao conhecimento do **Tribunal de Contas do Estado**, para que se pronuncie acerca das ilegalidades identificadas no instrumento convocatório.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Ribeirão Preto/SP dia 23 de Setembro de 2026.

SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS
LTDA:29987662000189

Assinado de forma digital por SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA:29987662000189
DN: c=BR, ou=CP, ou=SP, ou=RIBEIRÃO PRETO, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CNPJ A1, ou=15469021000128, ou=videoconferencia, cn=SOCIETE
COMERCIO DE VEICULOS LTDA:29987662000189
Dados: 2026.09.23 22:06:07 -03'00'

CNPJ: 29.987.662/0001-89
SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

TEL. (16) 99779-4402// E-MAIL: adm@gruposociete.com.br
RUA ANTONIO MOISÉIS SAADI, nº 470, SALA 06 BAIRRO: PARQ, INDUSTRIAL LAGOINHA CEP 14.095-230 RIBEIRÃO PRETO - SP